REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957 NO SUDOESTE DO PARANÁ

Leandra Francischett[1]

[1]Departamento Acadêmico de Letras
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Cascavel
Cascavel – Paraná - Brasil

E-mail: lefrancischett@yahoo.com

Resumo: *A região Sudoeste do Paraná foi marcada por um conflito decorrente da disputa de terras, em 1957, a chamada Revolta dos Posseiros. Trata-se de um levante organizado pelos moradores da região, tanto da cidade quanto do interior, que se uniram pela conquista do título das terras. A princípio, conforme relatos ouvidos pela autora deste artigo, as mulheres também colaboraram na revolta. Portanto, elas não ficaram restritas aos cuidados dos filhos e da casa. Porém, pelos levantamentos realizados até então, pouco se sabe sobre a participação da mulher durante o conflito; isto provoca esta autora a se debruçar na pesquisa sobre o assunto, uma vez que traz à tona a questão de gênero, que tanto necessita ser discutida. Pretende-se dar visibilidade às mulheres sudoestinas, uma vez que se acredita ser possível resgatar a real situação vivida por elas, na ocasião da Revolta dos Posseiros, durante esse processo de luta, para identificar como foi a participação das mulheres, direta ou indiretamente, implícita ou explicitamente, no conflito no Sudoeste do Paraná. O objetivo é investigar, explicitar e dar voz e produzir um registro historiográfico de suas participações durante a Revolta dos Posseiros de 1957, no Sudoeste do Paraná. Discutir sob a ótica e a perspectiva da totalidade é compatível com a análise de gênero sobre as relações sociais de sexo. Esse debate abrangerá a problematização a partir dos estudos de gênero, considerando especificamente a década de 1950.*

Palavras-chave: *Mulheres; Revolta dos Posseiros; Sudoeste do Paraná.*

INTRODUÇÃO

Após o fim da Revolta dos Posseiros, sobreviveu na memória das famílias posseiras a violência cometida pelos jagunços, que haviam se instalado no Sudoeste do Paraná, com a intenção de expulsar os colonos ali residentes. A Revolta dos Posseiros havia alimentado uma disputa política entre os oposicionistas da UDN (União Democrática Nacional), que acusavam o governador Moysés Lupion de compactuar com uma série de crimes contra os posseiros e contra os partidários do PSD (Partido Social Democrático – partido do governador Moysés Lupion). (FILHO, 2013).

A região Sudoeste do Paraná foi marcada por um conflito decorrente da disputa de terras, em 1957. Trata-se de um levante organizado pelos moradores da região, tanto da cidade quanto do interior, que se uniram pela conquista do título das terras. A princípio, conforme relatos ouvidos pela autora deste artigo, as mulheres também colaboraram na revolta. Portanto, elas não ficaram restritas aos cuidados dos filhos e da casa. Porém, pelos levantamentos realizados até então, pouco se sabe sobre a participação delas durante o conflito; isto provocou esta autora a se debruçar na pesquisa sobre o assunto, uma vez que traz à tona a questão de gênero, que tanto necessita ser discutida na academia.

Importante destacar, conforme Serpa (2003), que nos anos 1950, distinções entre os papéis femininos e masculinos continuaram nítidas. A moral sexual diferenciada permanecia e o trabalho da mulher era cercado de preconceitos. Ainda que o Brasil tenha acompanhado as tendências internacionais de modernização e da emancipação feminina, ao final da 2ª Guerra Mundial, o país foi influenciado por campanhas estrangeiras, que incentivaram os valores tradicionais da sociedade, com a mulher no lar, não a estimulando para o mercado de trabalho.

Em 1950, com a industrialização e a urbanização, as condições de vida na cidade diminuíram as diferenças entre homens e mulheres, no campo profissional, mas na região Sudoeste do Paraná a realidade ainda permanecia a mesma. As práticas sociais do namoro, por exemplo, também sofreram modificações, ainda que as distinções entre os papéis femininos e masculinos permanecessem nítidas. “Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional”. (SERPA, 2003, p. 609). No geral, a mulher deveria manter-se reclusa aos pais ou ao marido e, desta forma, os avanços pouco aparecem nos registros jornalísticos.

A Revolta dos Posseiros de 1957, no Sudoeste do Paraná, envolveu a luta pela propriedade jurídica da terra. E, apesar do ocorrido ter sido um evento de muita importância para a territorialização regional, pouco se sabe sobre como se deu a participação feminina, pois as mulheres estão invisíveis nos registros históricos e jornalísticos.

A visibilidade das mulheres sudoestinas se dá pelos relatos da real situação vivida por elas, na ocasião da Revolta dos Posseiros, durante esse processo de luta, identificando

como foi a participação das mulheres, direta ou indiretamente, implícita ou explicitamente, no conflito no Sudoeste do Paraná. Outro aspecto é abordar sobre os mecanismos de subordinação feminina, cuja responsabilidade era cuidar da família e do provimento da casa.

FUNDEMENTAÇÃO TEÓRICA

No estudo sobre as mulheres na Revolta dos Posseiros de 1957, de Kramer e Zanella (1997), primeiro realizado especificamente sobre mulheres, os autores se depararam com a inexistência de registros sobre a participação da mulher, sendo que o artigo, por eles produzido foi uma primeira abordagem sobre o assunto, com dados coletados por meio de entrevistas. Eles constataram que, praticamente, não havia referências, até esta data, quanto à participação das mulheres na Revolta dos Posseiros, a não ser como subordinadas ao marido e passivas. Portanto, uma visão restrita sobre o assunto. Faltam evidências da participação da mulher no processo de luta:

> As poucas citações que aparecem limitam-se a apresentar a mulher numa posição de inferioridade e passividade. Ficou impregnada a mentalidade de que as mulheres, com muito medo, ficaram em casa chorando e rezando. Estaria a participação das mulheres restrita à reza e ao choro? (KRAMER; ZANELLA, 1997, p. 117).

A mulher sudoestina tem, como registro, um passado marcado por forte discriminação. “A cultura machista da sociedade e dos maridos impedia que as mulheres pudessem expressar seus sentimentos e interesses. Nada era permitido a elas, além do trabalho doméstico e da lavoura” (KRAMER; ZANELLA, 1997, p. 125).

Em depoimentos informais a esta jornalista, algumas filhas dos pioneiros da região contam ter conhecimento de que, naquela época, havia em Francisco Beltrão mulheres que usavam calças e dirigiam carros, questões que demonstram fugir dos padrões da época. E, acima de tudo, andavam armadas, ou seja, mesmo sem aparecerem, participaram do conflito, entre elas pode-se citar Manoela Pécoits, esposa de Walter Pécoits, médico, político e líder dos posseiros. De acordo com Pegoraro, I., (2020), Manoela nasceu em 19 de agosto de 1920, no Rio de Janeiro (RJ), e faleceu em 27 de junho de 2009, aos 88 anos, em Francisco Beltrão (PR).

Além do cuidado com os filhos, Manoela auxiliava na administração do hospital, mas não se encontrou registros relevantes sobre este fato na bibliografia pesquisada até então, por isso, a intenção em aprofundar a pesquisa e as análises para que tragam estes fatos à tona, de modo a evidenciar a participação da mulher sudoestina no contexto social beltronense.

O tema não é inédito, mas sua relevância está no enfoque específico da representação das mulheres na Revolta dos Posseiros de 1957. Metodologicamente, por meio de análise bibliográfica, uma reconstituição do cotidiano dos posseiros, com destaque para o dia a dia das mulheres, visando desenvolver um esforço de recuperação da memória social.

METODOLOGIA

Esta investigação considerou a possibilidade de trabalhar com a análise do conteúdo, de Laurence Bardin, como sendo um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. “Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem”. (BARDIN, 2004, p. 9).

De acordo com Bardin (2004), as inferências ou deduções lógicas podem responder a dois tipos de problemas: O que é que conduziu a determinado enunciado? Este aspecto em específico refere-se às causas ou antecedentes da mensagem. O segundo questionamento é: Quais as consequências que um determinado enunciado vai provavelmente provocar? Neste caso, diz respeito aos possíveis efeitos das mensagens.

As mulheres participavam dos interesses coletivos, do modo como lutaram para fazer valer esses interesses e de como se integraram no processo político. A cobertura jornalística contribuiu para a percepção da participação das mulheres. Na pré-análise, fez-se a escolha dos documentos analisados, a formulação do objetivo e a elaboração de indicadores que fundamentaram a interpretação final. Na sequência, as escolhas dos documentos tidos em conta foram submetidos aos procedimentos analíticos e exploração do material e tratamento dos resultados e interpretações.

A unidade de registro foi o tema mulher na cobertura jornalística sobre a Revolta dos Posseiros de 1957, bem como nas entrevistas enquanto a unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da

mensagem, cujas dimensões são ótimas para que se possa compreender a significação da unidade de registro.

A investigação foi feita a coleta e junção de referenciais bibliográficos, jornalísticos e de documentos para compor o corpus sobre o fenômeno da pesquisa para a análise, com o levantamento das famílias com os sujeitos da investigação (familiares de mulheres que viveram o evento da Revolta).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A disputa travada entre posseiros e agentes das companhias colonizadoras contou com o apoio das mulheres, embora esse fator passe despercebido, até por uma questão de gênero. Um incremento importante para a metodologia da pesquisa e obtenção dos resultados que ela pode atingir é buscar na história oral das mulheres que viveram àquele período (ou filhas das mulheres), com o relato da sua atuação. Em análise da revista O Cruzeiro, dos meses de março e maio de 1956 a 1960, por Francischett (2007), percebeu-se a preocupação da revista em atingir as mulheres como potencial público consumidor.

Visando atingir ainda mais o público feminino, O Cruzeiro criou seções específicas para as mulheres. Em geral, as fotos tinham destaque na matéria, principalmente em caso de cobertura de bailes de carnaval e de concursos de Miss. A análise dessas imagens mostra o ideal de beleza consagrado pela imprensa, ou seja, mulheres brancas, loiras e com corpo volumoso. Nos exemplares observados, percebeu-se a preocupação em manter o corpo esbelto, mas nada em exagero (FRANCISCHETT, 2007, p. 69).

É possível confirmar que as fotos têm prioridade sobre o texto em praticamente toda a revista. Ainda que a mulher se faça presente na revista, são relativamente poucas as matérias que tratam de fatos protagonizados por elas. Há um predomínio das questões da beleza feminina em detrimento de um conteúdo mais informativo sobre a realidade da época. A revista procurou apresentar uma nova mulher, uma imagem que não representava a realidade feminina brasileira, porque divulgava as mulheres das camadas sociais mais elevadas, ou seja, a minoria (FRANCISCHETT, 2007, p. 78).

Assim como a mulher não aparece enquanto sujeito da história nos registros sobre a Revolta dos Posseiros. Entre os trabalhos científicos pesquisados, em um breve estado da

arte, o primeiro a tratar desta temática é de autoria Kramer e Zanella (1997), que tem como título "A participação da mulher na Revolta dos Posseiros", publicado na Revista Faz Ciência, e nele fica explícita a necessidade de continuidade das pesquisas.

Conforme Vorpagel (2008), o conflito foi desencadeado por vários fatores, a iniciar pela falta de titulação das terras. O governo federal, através da CANGO, implantou na região projeto de colonização e incentivou gaúchos e catarinenses para povoá-la. A companhia colonizadora CITLA, formada por particulares, igualmente instalou-se na área na condição de herdeira das glebas, resultado de longo processo judicial envolvendo o poder público e empreendedores particulares. O conflito pela posse da terra estendeu-se pelos atuais municípios de Capanema, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste, Verê e foi concluído com a vitória dos posseiros, que tiveram suas posses regularizadas e tituladas a partir de 1962 (VORPAGEL, 2008, p. 1).

A princípio, conforme os relatos ouvidos por esta autora, as mulheres também colaboraram na Revolta. Porém, pelos levantamentos realizados até então, pouco se sabe sobre a mulher, uma vez que os registros não contemplam esta temática, tão importante social e historicamente. A revista O Cruzeiro é importante para analisar como eram as divulgações das mulheres e sobre elas naquele período e quais as suas representações. Além disso, abril de 1957 é tido como um mês histórico para O Cruzeiro, já que pela primeira vez uma revista brasileira cruzava as fronteiras nacionais para circular nos países da América Espanhola, com periodicidade quinzenal. A revista, na época, foi a de maior circulação no Brasil; um dos veículos que apresenta a cobertura da Revolta dos Posseiros, que aconteceu neste mesmo ano: 1957.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Paraná, a maioria das terras das regiões Oeste e Sudoeste encontravam-se nessa situação. A Constituição republicana de 1891 transferiu a propriedade legal e o controle político das terras devolutas para os Estados. Essa mudança favoreceu a concessão de terras para companhias privadas e para o capital particular, circunstância que marcou o início da luta legal pela terra no Brasil. No processo de modernização econômica, desenvolvido nos primeiros anos da República, muitas terras devolutas foram utilizadas como forma de

pagamento a empresas privadas, responsáveis pela construção de ferrovias. Foi exatamente isso que ocorreu no Sudoeste do Paraná. A titulação desenfreada do território, com suas consequentes disputas judiciais, fez com que as terras da região possuíssem vários 'donos': União, Estado, companhias particulares e o posseiro. (PRIORI, A., et al., 2012, p. 144).

No caso dos colonos do Sudoeste do Paraná essa resistência, num primeiro momento, era reivindicatória. A expectativa que os colonos tinham da ação do Governo centrava-se em medidas concretas e eficazes que viessem a ser favoráveis aos seus interesses, como o fechamento dos escritórios das companhias de terras e a expulsão dos jagunços. No entanto, com o agravamento da luta pela terra na região, o esboço de uma consciência política entre esses colonos passou a oscilar entre a expectativa histórico-paternalista do Governo Estadual e a descoberta progressiva do envolvimento deste com os grupos econômicos recebedores das terras (COLNAGHI, 1984, p. 126).

Jagunços eram pessoas contratadas pelas companhias para executar suas ordens. De acordo com Silva, A. (2010), as companhias passaram a agir de forma a intimidar os colonos, pois contavam com o apoio do governo estadual, por meio das instituições administrativas da Justiça e Segurança. Os colonos eram intimidados e forçados a assinar o compromisso de compra e venda das terras que haviam sido dadas no período de colonização e ocupação do território paranaense. A maioria destes colonos não concordava em assinar, então os jagunços passaram a usar métodos extremamente violentos.

Colnaghi (1984) destaca que os colonos de Pato Branco e de Francisco Beltrão se prepararam para o que seria a batalha decisiva. Através das emissoras de rádio dessas duas cidades, eram denunciadas as ações das companhias e convocados os colonos para a Revolta. "Em Francisco Beltrão, por exemplo, essa convocação deu-se de forma camuflada, através de senhas e palavras de ordem" (COLNAGHI, 1984, p. 152).

Segundo Colnaghi (1984), em 12 de outubro de 1957, Dr. Walter Pecóits foi nomeado como novo Delegado Regional de Polícia de Francisco Beltrão e não se falava mais em intervenção federal e os colonos voltaram para suas casas satisfeitos. Em 22 de outubro, cerca de trezentos soldados da Polícia Militar chegaram inesperadamente em Francisco Beltrão e ocuparam o Grupo Escolar, para alojamento dos soldados. O comércio fechou suas portas, temeroso de um choque entre o Exército e a Polícia Militar.

A cidade ficou novamente tomada de colonos e a indignação pelo não cumprimento das promessas feitas pelo governo tomou conta de todos. O Exército, porém, mandou evacuar a cidade e, do lado oposto do Rio Marrecas, pôs-se em posição de combate, metralhadoras instaladas e tudo o mais. Diante do impasse organizou-se uma reunião, na qual o Dr. Rubens Martins — Delegado de Polícia destituído pelos colonos, que voltara à cidade juntamente com a tropa da Polícia Militar — em nome do Governo Estadual propôs: 1º - Dr. Walter está destituído como delegado; 2º - Eu não assumo; 3º - Vem um oficial de alta patente como delegado especial; 4º - o governo promete anistia. A comissão de colonos, depois de exigir que um oficial da Polícia Militar confirmasse a proposta em nome do governo, aceitou-a. Aí, o exército desmobilizou seu pessoal e os colonos retornaram a seus afazeres. A confrontação havida entre o Exército — representante dos interesses federais — e a Polícia Militar — representante dos interesses estaduais — evidencia não só uma ruptura no interior do aparelho repressivo de Estado, como também uma crise hegemônica entre facções da classe dirigente-dominante, no caso o PSD nacional e o PSD paranaense (COLNAGHI, 1984, p. 173 e 174).

Conforme Priori A., et al. (2012), o conflito em si não foi muito extenso temporalmente, concentrando-se apenas no mês de outubro de 1957. Contudo, podemos dizer que foi resultado das experiências coletivamente vividas pelos posseiros do Sudoeste que, diante dos abusos sofridos, uniram-se para lutar contra o inimigo comum: as companhias de terra. Quando esse inimigo comum deixou de existir, ou seja, quando os escritórios das empresas colonizadoras foram fechados e seus documentos destruídos, a luta tornou-se dispensável (PRIORI, A., et al., 2012, p. 155).

E onde estão as mulheres? Em geral, os registros sobre a participação das mulheres, nas pesquisas realizadas, referem-se à violência que elas sofreram pelos jagunços, mas fica implícita sua participação no conflito. Silva, M. (2013) reforça que os crimes, na região, eram constantes, mas dificilmente ocorriam mortes por assaltos ou roubos, a violência era geralmente motivada por ataques à honra da família, ou seja, estupros e agressões às mulheres e crianças.

Algumas famílias foram expulsas de suas casas; ranchos e galpões eram queimados; animais eram mortos; plantações, destruídas e nem mesmo crianças e mulheres escapavam

dos espancamentos. Quando o posseiro acuado assinava o compromisso de compra da terra, recebia como recibo um pedaço de papel qualquer sem timbre ou carimbo, assinado apenas pelos próprios jagunços, que não constava nem mesmo o seu nome legítimo, usando somente o apelido: Maringá, Chapéu de Couro, Quarenta e quatro (SILVA, A., 2010, p. 34).

Silva, A. (2010) acrescenta que a barbárie vivida na época envolvia a todos, porque a violência generalizada não poupava crianças e mulheres, sendo que não existiam leis que impedissem os jagunços de violentar tantas pessoas. A violência, em especial o espancamento das crianças pelos jagunços, desencadeou a Revolta em Pato Branco, que foi responsável, também, pela eclosão do movimento de Francisco Beltrão.

Independentemente da denominação de posseiros ou colonos, de acordo com Silva, A. (2010), os homens e as mulheres que viveram a Revolta de 1957 foram exemplos vivos de vozes antes não audíveis, por serem dissonantes de um discurso oficial.

No Sudoeste do Paraná, como outras regiões do estado, expressou-se como contraponto ao discurso oficial da década de 1950. Por um lado, vozes que constituíram o imaginário de uma nação de progressista, por outro, vozes fortes, que mesmo inaudíveis para lideranças políticas e militares, foram gradativamente atendidas. Em artigo publicado no Jornal de Beltrão online, em 24 de março de 2006, o pesquisador Hermógenes Lazier destacou dois fatos significativos que aconteceram neste mês no processo de ocupação do Sudoeste: em março de 1961, o presidente Jânio Quadros desapropriou cerca de 500 mil hectares de terra, medida necessária para atender às reivindicações de mais de 50 mil posseiros. E no dia 19 de março de 1962, João Goulart criou o GETSOP, organismo destinado a transformar os posseiros em proprietários. São duas datas que merecem destaque no contexto da revolta de 57 (SILVA, A., 2010, p. 43).

Naquele período, algumas atividades eram prioritariamente das mulheres, como cuidados com as crianças, provimento da alimentação, higiene da casa, trato dos animais e limpeza dos arredores da casa, caracterizando dupla jornada, pois elas também contribuíam como trabalho na roça. Além disso, elas também tiveram papel determinante na Revolta, embora a historiografia deixe passar em branco suas contribuições, um dos fatores que demonstra a relevância na continuidade da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e Poder. A luta pela terra no Sudoeste do Paraná.* Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História do Brasil, concentração História Social. Universidade Federal do Paraná, 1984.

FRANCISCHETT, Leandra. *Representações das Mulheres na revista O Cruzeiro através das fotografias no período de 1956 a 1960.* Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em História Social da Universidade Federal Fluminense/ Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, 2007.

FILHO, Roberto Pocai. *Entre anônimos, armados e rebeldes: os elementos da História Social na Revolta dos Posseiros de 1957.* In. Revista Mundos do Trabalho. vol. 5. n. 10. julho-dezembro de 2013. pp. 107-124.

KRAMER, Silvia Ana; ZANELLA, José Luiz. *A participação da mulher na Revolta dos Posseiros.* Revista Faz Ciência. V. 1. N. 1, Francisco Beltrão, pp. 115-120, 1997.

PEGORARO, Ivo Antônio. *Há 11 anos, falecia Manoela Pécoits.* Jornal de Beltrão, 27 de junho de 2020. Acesso em 30 de maio de 2021: https://www.jornaldebeltrao.com.br/noticia/298195/ha-11-anos-falecia-manoela-pecoits

PRIORI, Angelo, et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX* [online]. Maringá: Eduem, 2012. A revoltados posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. pp. 143-158.

SERPA, Leoní. *A máscara da modernidade e a mulher em O Cruzeiro: 1928-1945*. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 2003.

SILVA, Anita Izabel de Mello da. *A posse da terra e os lugares de memória: Francisco Beltrão 1969-2007.* Dissertação apresentada para obtenção de título de mestre em História, da Universidade Federal do Paraná, 2010.

SILVA, Moacir Motta da. *Ontem, confrontos e conflitos; hoje, monumentos: o levante dos posseiros de 1957 e seus monumentos na fronteira Sudoeste do Paraná.* Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em História, pela Universidade de Passo Fundo, 2013.

VORPAGEL, Edvino Knäsel. *A revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em 1957.* Trabalho desenvolvido para disciplina de História do Núcleo Regional de Educação de Maringá. Maringá, 2008, pp. 1-17.